

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2023 - CDCC PROCESSO Nº 23.1.00110.78.1

OFERTA DE COMPRA Nº 102162100582023OC00003

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:

01/11/2023.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

17/11/2023 às 09:00 horas.

UNIDADE:

Centro de Divulgação Científica e Cultural

ENDEREÇO:

Seção Administrativa - Rua Nove de Julho,1227 - Centro - São Carlos - SP - CEP: 13560042 - Fone:

16-33739772

Telefones: 16-33649141 - e-mail: giovanna@cdcc.usp.br.

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP, utilizando recursos de tecnologia da informação - internet, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, e em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto Estadual nº 49.722/2005, o Regulamento anexo à resolução nº CC-27/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto estadual nº 47.297/2002, da Resolução CEGP-10/2002, e demais normas regulamentadoras aplicáveis.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do certame será realizada no endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O presente PREGÃO tem por objeto a **prestação** de **SERVICO DE INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE COBERTURA- AGRUPAMENTO DE PRECOS UNITARIOS PARA PREGAO ELETRONICO** conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no **CAUFESP**, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.
 - 2.1.1. O registro no **CAUFESP**, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da Licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

- 2.1.2. O registro no **CAUFESP** é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para os registros **RC** (**Registro Cadastral**) e **RCS** (**Registro Cadastral Simplificado**) no **CAUFESP**, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br**.
- 2.2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP.
- 2.3. A Licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 2.4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- 2.5. O envio da proposta vinculará a Licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.6. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 4.6. do item 4., bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto na alínea "f", do subitem 5.1. do item 5., a condição de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal n° 11.488/2007, deverá constar do registro da Licitante junto ao CAUFESP.
- 2.7. Não poderão participar do certame empresas estrangeiras que não funcionem no País; os interessados que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição; empresas cujos dirigentes façam parte do quadro de servidores da Universidade de São Paulo; nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão temporária ou impedimento do direito de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto Estadual nº 48.999/2004, e as cooperativas que se encontrem sob a vedação do Decreto Estadual nº 55.938/2010.

3. DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

- 3.1. A **PROPOSTA**, contendo o(s) valor(es) **total do lote** e a indicação da(s) marca(s) e modelo(s) do(s) produto(s) ofertado(s), se houver, deverá ser registrada por meio eletrônico disponível no endereço **www.bec.sp.gov.br** opção **"PREGAO ENTREGAR PROPOSTA"**, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a Licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.
- 3.2. A proposta comercial a ser apresentada pela licitante autora da proposta de menor preço durante a fase de aceitabilidade de preço, quando solicitado pelo Sistema BEC, deverá conter os elementos a seguir, observado o modelo disponibilizado no **ANEXO "PROPOSTA COMERCIAL"**:
 - a) Descrição do(s) produto(s) e/ou serviço(s) ofertado(s), com indicação de procedência, marca e modelo, quando pertinente, observadas as especificações constantes do **ANEXO "DESCRIÇÃO DO OBJETO"**;
 - b) Preços unitários e totais, por item, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
 - b.1) No preço unitário deverá ser considerada a isenção do ICMS prevista no art. 55, do Anexo I, do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços, do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490/2000, ou seja, sem a carga tributária do ICMS;
 - b.2) O valor equivalente à isenção do ICMS a que se refere o art. 55, do Anexo I, do mencionado Regulamento, obrigatoriamente, deverá ser indicado no respectivo documento fiscal por ocasião do pagamento, e não se aplica ao caso de imposto já retido antecipadamente por sujeição passiva por substituição (previsto no parágrafo 4º do mesmo artigo), e nos casos de empresas cujo documento fiscal de venda é emitido fora do Estado de São Paulo.

- c) Ainda, deverão ser considerados para elaboração da proposta os seguintes prazos:
 - c.1) **Prazo de execução** não superior a **90 (noventa) dias corridos**, contados da data da assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, observado, quando houver, o cronograma de execução que integra o **Anexo DESCRIÇÃO DO OBJETO.**
 - c.2) **Prazo de validade da proposta** não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública do presente Pregão Eletrônico.
 - c.3) Prazo de garantia não inferior a 10 (dez) ano(s).
 - c.4) Prazo de validade dos produtos no momento da entrega não inferior a 10 (dez) ano(s)
- 3.3. A proponente que não se interessar por todos os **lotes** poderá encaminhar a Proposta Eletrônica apenas para os que pretenda disputar, quando houver. Não se admitirá oferta de quantidade diversa ou que não contemple a integralidade do item ou lote disputado.
- 3.4. As Licitantes arcarão com todos os custos relativos à elaboração de suas propostas, não recaindo sobre a **Universidade de São Paulo** quaisquer ônus de caráter indenizatório, independentemente do resultado do procedimento licitatório.
- 3.5. O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável.
- 3.6. A visita técnica é facultativa. Observadas as características constantes do ANEXO "DESCRIÇÃO DO OBJETO", recomenda-se que a Licitante visite o(s) local(is) onde será entregue/realizado o objeto da licitação, o que deverá ocorrer com anterioridade à sessão pública, para inteirar-se de todos os aspectos referentes à sua execução. Para todos os efeitos, considerar-se-á que a Licitante tem pleno conhecimento da natureza e do escopo do objeto. Não poderá a Licitante alegar posteriormente a insuficiência de dados e/ou informações sobre o(s) local(is) e as condições pertinentes ao objeto.
 - 3.6.1. A visita poderá ser realizada por qualquer responsável indicado pela Licitante, que poderá contatar a USP através dos dados constantes do ANEXO "TABELA PARA CONTATOS".
 - 3.6.2. Para essa visita não será emitido Atestado de Vistoria pela Administração.

4. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

- 4.1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
- 4.2. Para o julgamento será adotado o critério de menor preço **total do lote**, observadas as condições definidas neste edital. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) cujo objeto não atenda aos prazos, especificações, quantidades e condições fixados no Edital;
 - b) que contiverem vícios;
 - c) que apresentarem qualquer documento em desacordo com as exigências contidas neste Edital;
 - d) com preços manifestamente inexequíveis;
 - e) que apresentarem preços, ofertas ou vantagens baseados exclusivamente em proposta das demais Licitantes;
 - f) que, por ação da Licitante ofertante quando do registro da proposta na forma do subitem 3.1., contenham elementos que permitam a sua identificação.
 - g) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.
 - 4.2.1. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada pelo Pregoeiro e registrada no sistema, com o acompanhamento em tempo real.
 - 4.2.2. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

- 4.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.
- 4.4. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as Licitantes detentoras de propostas classificadas.
 - 4.4.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
 - 4.4.1.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou ao último valor apresentado pela própria Licitante ofertante, observada, em ambos os casos, o valor mínimo de redução entre lances, conforme parâmetros fixados no **ANEXO: "REDUÇÃO DE LANCES"**, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.
 - 4.4.1.1.1. O valor mínimo de redução entre lances incidirá sobre o preço **total do lote** em disputa.
 - 4.4.2. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.
 - 4.4.2.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem 4.4.2. ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.
 - 4.4.2.1.1. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem 4.4.2.1., a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.
 - 4.4.3. No decorrer da etapa de lances, as Licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
 - a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
 - b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
 - 4.4.4. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 4.4.2..
- 4.5. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.
 - 4.5.1. Para essa classificação será considerado o último preço admitido de cada Licitante.
- 4.6. Com base na classificação a que alude o subitem 4.5. deste item, será assegurada às Licitantes microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual (MEI) e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, para fruição dos benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
 - 4.6.1. A microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
 - 4.6.1.1. A convocação recairá sobre a Licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 4.6.1..
 - 4.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais (MEI) e cooperativa que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 4.6.1..
 - 4.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 4.5., seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições

estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

- 4.6.4. Sempre que a proposta melhor classificada for afastada e houver necessidade de exame da oferta subsequente, observada a ordem de classificação de que trata o subitem 4.5, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto para concessão do direito de preferência, nos termos do subitem 4.6. e subitens.
- 4.7. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 4.6.1. e 4.6.2., ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 4.5., mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- 4.8. Encerrada a etapa de negociação e alcançada a melhor oferta, quando solicitado pelo Sistema, a licitante autora da proposta de menor preço deverá, no prazo de trinta minutos, **encaminhar um arquivo único, insubstituível,** contendo os seguintes documentos:
 - a) **Proposta Comercial**, conforme modelo disponibilizado no **Anexo "PROPOSTA COMERCIAL"**, a qual deverá conter os elementos indicados no item 3.2. deste edital, observada a oferta de menor preço alcançada na fase de negociação;
 - b) Documentos complementares, relacionados no **Anexo "DOCUMENTOS DA PROPOSTA"**, se houver.
 - 4.8.1. Desde que devidamente justificado pela proponente, o prazo supra poderá ser prorrogado por até 2 dias úteis, a critério do Pregoeiro, para que a licitante providencie o arquivo para apresentação no Sistema BEC, ficando, na hipótese de prorrogação, a sessão pública suspensa.
- 4.9. Em caso de divergência entre os valores consignados no arquivo indicado no subitem 4.8. deste item 4, e os valores lançados na fase de Negociação, prevalecerão os de menor valor.
- 4.10. O saneamento de falhas e/ou inconsistências no preenchimento da Proposta Comercial, quando possível, será tratado diretamente no chat.
 - 4.10.1. Será permitido o saneamento da **PROPOSTA COMERCIAL** e de **documentos complementares**, apresentados em cumprimento ao subitem 4.8. deste item 4, desde que atendidas as seguintes condições:
 - a) não haja modificação, para maior, do valor final da proposta.
 - b) não haja alteração das características do objeto licitado e, quando pertinente, da marca e modelo registrados por meio eletrônico conforme subitem 3.1. do item 3.
 - 4.10.2. O Pregoeiro poderá solicitar, para conferência, a apresentação da versão saneada da **PROPOSTA COMERCIAL** e eventuais documentos complementares relacionados no **Anexo "DOCUMENTOS DA PROPOSTA"**, os quais deverão ser encaminhados para o e-mail indicado no preâmbulo do Edital no prazo de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por, no máximo, 30 (trinta) minutos.
 - 4.10.3. Visando tornar público os documentos saneados, depois de encerrada a fase de análise da aceitabilidade e iniciada a fase de habilitação, a Proponente deverá encaminhar a **PROPOSTA COMERCIAL** e os eventuais **documentos complementares** pelo Sistema BEC funcionalidade "anexo de documentos", juntamente com os documentos de habilitação, na forma prevista no subitem 5.1."c" deste Edital.
- 4.11. Após eventual saneamento da **PROPOSTA**, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da oferta de menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5. DA HABILITAÇÃO

- 5.1. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:
 - a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados neste item 5.;
 - b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos neste item 5., o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;

- b.1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c) A Licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, através da funcionalidade "anexo de documentos" disponível no Sistema da BEC.
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b", ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 5.1., ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a Licitante será inabilitada, mediante decisão motivada:
- e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante na alínea "c", deverão ser apresentados no endereço constante no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias utéis, durante a fase de habilitação na forma prevista do item 6 OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA, sob pena de inabilitação e aplicação de penalidades cabíveis;
- f) Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individuais (MEI) ou cooperativa que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, não será exigida comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 5.2.2. do item 5. deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;
- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a Licitante será habilitada e declarada vencedora do certame:
- h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais Licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da Licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.
- 5.2. A habilitação compreenderá a exigência dos documentos relacionados nos subitens 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, 5.2.4 e 5.2.5.

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 5.2.1.1. Para a habilitação jurídica das Licitantes, exigir-se-á:
- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual, ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratandose de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Registro de sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971, no caso de Cooperativas.

5.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.2.2.1. Para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das Licitantes exigir-se-á:



- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes **Estadual e/ou Municipal**, de acordo com seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame, relativo ao estabelecimento da Licitante que ficará responsável pela execução do contrato;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991; **Estadual** (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa) em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens, e **Municipal** (Certidão de Tributos Mobiliários) no caso de serviços, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei com prazo de validade em vigor.
 - c.1) No caso de isenção ou de não incidência dos impostos devidos à Fazenda Estadual ou Municipal, deverá, a Licitante apresentar declaração elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, atestando tal fato, sob as penas da lei.
- d) Certidão de regularidade de débito perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
 - e.1) Fica a Licitante vencedora ciente que, mesmo detentora de **RC** ou **RCS** válidos ou com a citada certidão válida, quando da solicitação dos Documentos de Habilitação, poderá ser novamente consultada a situação de regularidade perante os Débitos Trabalhistas **(CNDT)**.

5.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 5.2.3.1. Para a qualificação econômico-financeira das Licitantes exigir-se-á:
- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.
 - a.1) Se a Licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a", deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
 - a.2) Para fins da comprovação acima, entende-se por sede o principal estabelecimento da empresa (a matriz).
 - a.3) Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

5.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 5.2.4.1. Para a qualificação técnica das Licitantes exigir-se-á:
- a) Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica da licitante, emitida por Conselho ou Entidade Profissional competente, **quando a atividade assim o exigir.**
- b) A apresentação de atestado(s) de bom desempenho anterior, expedido(s) por entidade(s) pública(s) ou privada(s) usuária(s) do bem ou serviço, comprovando a execução de contrato de mesma natureza, relativo a objeto pertinente e compatível com o desta licitação.
 - b.1) Para verificação da pertinência e compatibilidade o(s) atestado(s) deverão comprovar a execução de objeto análogo ao licitado, em quantidade correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação.
 - b.2) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações:

- Identificação da entidade emitente, com razão social, CNPJ, endereço completo e dados para contato;
- Descrição dos bens e serviços fornecidos, com indicação das quantidades;
- Assinatura e identificação da pessoa física responsável pela emissão (nome completo e cargo exercido na entidade);
- Data e local de emissão.
- b.3) Para comprovação das quantidades mínimas, será permitida a soma das quantidades executadas em diferentes contratações.
- b.4) Os atestados de desempenho anterior podem referir-se a contratos executados pela matriz e/ou por filial da empresa.

5.2.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 5.2.5.1. Para a habilitação das Licitantes exigir-se-á também:
- a) Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere à observância do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos do modelo constante do ANEXO "DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA".
- b) Declaração de atendimento às normas relativas à saúde e segurança no trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo, nos termos do modelo constante do ANEXO "DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO".

5.3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 5.3.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração considerará que são válidas por 6 (seis) meses a contar da data de emissão.
- 5.3.2. Os documentos apresentados para comprovar as condições de habilitação deverão referir-se ao(s) estabelecimento(s) (matriz e/ou filial) que executará(ão) o objeto do contrato, ressalvados os documentos que, pela própria natureza, abranjam ambos os estabelecimentos (matriz e filiais).
- 5.3.3. O RC do CAUFESP, em plena validade na data marcada para o processamento do Pregão, substitui os documentos enumerados nos subitens 5.2.1 (exceto letra "f"), 5.2.2, 5.2.3 e 5.2.5. Obrigatoriamente, deverá ser apresentado o restante da documentação prevista no subitem 5.2.4.
- 5.3.4. O RCS do CAUFESP, em plena validade na data marcada para o processamento do Pregão, substitui os documentos enumerados nos subitens 5.2.1 (exceto letra "f") e 5.2.2.. Obrigatoriamente, deverá ser apresentado o restante da documentação prevista nos subitens 5.2.3, 5.2.4 e 5.2.5.
- 5.3.5. A Licitante detentora do **RC** ou do **RCS** do **CAUFESP** cuja validade não se encontrar vigente em sua totalidade, ou seja, que apresente algumas certidões vencidas, poderá utilizá-lo nesta Licitação, porém ele somente substituirá os documentos nele vigentes e correspondentes ao tipo de Registro Cadastral apresentado (**RC ou RCS do CAUFESP**). Neste caso, as certidões indicadas como vencidas deverão ser apresentadas devidamente atualizadas e vigentes, por meio da funcionalidade "anexo de documentos".
- 5.3.6. A Licitante habilitada nas condições da alínea "f", do subitem 5.1 deste item 5, deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 5.3.7. A comprovação de que trata o subitem 5.3.6. deste item 5 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a Licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 5.3.8. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do subitem 5.1.deste item 5, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 5.3.7., para que a Licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista de que tratam o subitem 5.3.6.

i D

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 5.3.9. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que tratam o subitem 5.3.6. deste item 5, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 5.3.8.
- 5.3.10. Se a Licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 5.3.6. a 5.3.7., deste item 5, o Pregoeiro verificará novamente a ocorrência de empate ficto para concessão do direito de preferência, nos termos do subitem 4.6 do item 4, negociará com o autor da oferta de menor preço, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- 6.1. A Licitante vencedora deverá, durante a fase de habilitação e após solicitado pelo Pregoeiro, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, entregar diretamente no endereço constante no preâmbulo deste Edital os seguintes documentos:
 - 6.1.1. **PROPOSTA COMERCIAL** assinada, tal como foi encaminhada nos termos do item 4.8, incorporadas as correções eventualmente feitas nos moldes do item 4.10.
 - 6.1.2. **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** relacionados nos subitens 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, 5.2.4 e 5.2.5.
 - 6.1.2.1. Fica dispensada a entrega dos documentos substituídos pelo RC ou RCS do CAUFESP em plena validade, conforme subitens 5.3.3 e 5.3.4, bem como dos disponibilizados pela Internet, e cuja autenticidade puder ser verificada via consulta no site correspondente.
 - 6.1.3. O ANEXO "DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE MATERIAL EM GARANTIA", quando solicitado, além de documentos complementares à proposta e outros encaminhados durante a sessão publica.

7. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 7.1. Divulgado o vencedor ou, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos subitens 5.3.6 a 5.3.9. do item 5, ou, ainda, se for o caso, encerrado o julgamento da habilitação, o Pregoeiro informará às Licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, o campo próprio disponibilizado no sistema.
- 7.2. Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem 7.1. deste item 7., o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais Licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço constante do preâmbulo deste Edital.
 - 7.2.1. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br, opção **RECURSO**. A eventual apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, cuja anexação por meio eletrônico não seja possível, será efetuada mediante protocolo, no(a) **Seção Administrativa** da(o) **Centro de Divulgação Científica e Cultural** no horário e endereço abaixo especificados, observados os prazos estabelecidos no subitem 7.2, deste item 7.

Rua Nove de Julho,1227 - Centro - São Carlos - SP - CEP: 13560042 - Fone: 16-33739772 Horário: das 09:00 às 17:00 horas. Segunda a sexta-feira.

- 7.3. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

- 7.5. A falta de interposição na forma prevista no subitem 7.1. deste item 7., importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.
- 7.6. A adjudicação será feita por lote.

8. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 8.1. À Licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 8.2. A desconexão do sistema eletrônico do Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:
 - a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá, quando reestabelecida a conexão, ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às Licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
 - b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas Licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.
- 8.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer Licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

9. DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta integra este edital como **ANEXO "MINUTA DE CONTRATO"** ou por intermédio da retirada do Instrumento equivalente.
 - 9.1.1. Se, por ocasião da formalização do contrato ou da retirada do instrumento equivalente, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
 - 9.1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 9.1.1. deste item 9., mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 9.2. Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 5.3.6. e 5.3.7. do item 5. ou, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 9.1.1. deste item 9., ou se recusar a assinar o contrato ou a retirar o instrumento equivalente, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.
 - 9.2.1. Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.
 - 9.2.2. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) e veiculação nos endereços eletrônicos **www.usp.br/licitacoes**, **www.bec.sp.gov.br** e **www.imesp.com.br**, opção "e-negociospublicos".
 - 9.2.3. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 4.5 a 4.11. do item 4. e subitens 7.1. a 7.6. do item 7., todos deste Edital.
- 9.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a multa por inexecução, no importe de 20% (vinte por cento) do valor de sua proposta, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, da Resolução USP nº 7601/2018.
- 9.4. A USP consultará, nos termos do artigo 6º, incisos I e II da Lei Estadual nº 12.799/2008, c.c. artigo 7º incisos I e II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008, o Cadin Estadual, como condição para

celebração do contrato e para repasse do valor correspondente ao pagamento.

- 9.4.1. A existência de Registro no Cadin Estadual constitui impedimento para a realização dos atos acima descritos.
- 9.5. No ato da assinatura do Contrato a Adjudicatária deverá:
 - 9.5.1. Comprovar poderes do representante da adjudicatária assinar contratos, mediante Ata de Eleição da última Diretoria ou Contrato Social, e ainda no caso de procurador, além desses documentos, Procuração registrada em Cartório.
 - 9.5.2. Indicar formalmente preposto para representá-la durante a gestão contratual.
 - 9.5.3. Caso seja vencedora do Certame, a Cooperativa de Trabalho deverá indicar o gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante a Contratante.
- 9.6. A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o termo de contrato. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
 - 9.6.1. Preferencialmente, a assinatura do contrato dar-se-á pelo portal de assinatura digital ASSINA.SP.
 - 9.6.1.1. Para a utilização do referido portal, o usuário deverá se autenticar com um certificado digital do tipo e-CPF (e-PF) ou e-CNPJ (e-PJ) emitido na cadeia da ICP-Brasil, bem como observar os procedimentos detalhados na página eletrônica do portal Assina.SP.

10. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1. O objeto desta licitação deverá ser fornecido em perfeitas condições, sem custo adicional de frete, no seguinte endereço:

Centro de Divulgação Científica e Cultural Observatório - Av. Trabalhador Sãocarlense, 400 - Observatório - CDCC - Parque Arnold Schimidt - São Carlos - SP - CEP: 13566-590 - Fone: (16)3373-8293 (16) 3373-9191 Horário: das 09:00 às 17:00 horas.

- 10.1.1. O objeto descrito no ANEXO OBJETO DO CONTRATO terá prazo de garantia não inferior a 10 (dez) ano(s).
- 10.1.2.No momento da entrega, os produtos deverão contar com **prazo de validade** não inferior **a 10 (dez) ano(s)**, observadas as condições fixadas no **Anexo DESCRIÇÃO DO OBJETO.**
- 10.2. Os serviços deverão ser executados em prazo não superior a **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato ou da retirada do instrumento equivalente, observado, quando houver, o cronograma de execução que integra o **Anexo DESCRIÇÃO DO OBJETO.**
 - 10.2.1. O descumprimento dos prazos fixados no **Anexo DESCRIÇÃO DO OBJETO** sujeitará a contratada às penalidades previstas neste Edital.
- 10.3. Se o prazo de entrega coincidir com dia em que a USP não tenha atendimento ao público, este será automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.
- 10.4. O objeto será recebido provisoriamente, mediante recibo ou termo circunstanciado.
 - 10.4.1. Caso não corresponda às características e especificações exigidas neste Edital, o objeto será recusado e deverá ser substituído, observado os prazos originalmente fixados para cumprimento da obrigação.
 - 10.4.2. A não substituição do objeto recusado caracteriza descumprimento da obrigação assumida e sujeita a contratada às penalidades previstas neste Edital.
- 10.5. O recebimento definitivo, condição para liberação do pagamento, ocorrerá depois de confirmada a execução do objeto em conformidade com características e especificações exigidas neste edital.
 - 10.5.1. O recebimento definitivo não exime a contrata de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança do objeto fornecido.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será efetuado à Contratada, em prazo não inferior a **28 (vinte e oito) dias corridos**, contados a partir do dia seguinte ao recebimento provisório do **serviço**, no(a) **Observatório** do(a) **Centro de Divulgação Científica e Cultural**, nos termos da Portaria GR 4.710/2010. A ordem de pagamento será emitida pela Tesouraria Central da Reitoria, a favor da **CONTRATADA**, exclusivamente em conta corrente do **BANCO DO BRASIL S.A.**, a ser indicada pela **CONTRATADA**, ficando terminantemente vedada à negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
 - 11.1.1. Nos casos de incidência de ICMS os documentos fiscais competentes acima referidos, quando emitidos dentro do Estado de São Paulo, deverão ser apresentados com destaque indicando o valor do desconto equivalente ao ICMS dispensado, a que se refere o artigo 55, do Anexo I, do Regulamento do ICMS, do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto 45.490/00.
 - 11.1.1.1. Nos casos referidos no subitem 11.1.1., tratando-se de ICMS com alíquota diferente da estabelecida para as operações ou prestações internas (art. 52, Inc. I, do referido Regulamento), ou com base de cálculo que não corresponda ao valor total dos produtos que são objeto do documento fiscal, e embasamento legal que o justifica, as situações distintas deverão ser, também, destacadas nesse mesmo documento.
- 11.2. São condições para a liberação do pagamento:
 - 11.2.1. O recebimento definitivo do serviço;
 - 11.2.2. A entrega da documentação fiscal completa;
 - 11.2.3. A não existência de registro da **CONTRATADA** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pela **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº. 53.455/2008.
- 11.3. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 11.4. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no parágrafo anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 11.5. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da **CONTRATANTE**, de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 12 da Lei Estadual nº. 10.320/1968, de acordo com a dotação orçamentária: Classificação Funcional Programática **12.122.1043.6351** - Classificação de Despesa Orçamentária **3.3.90.39.00**.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, aquele que praticar quaisquer dos atos ali previstos ficará impedido de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo e será descredenciado no CAUFESP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.
- 13.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá, ainda, ser aplicada juntamente com as demais penalidades previstas na Resolução USP nº 7601/2018, que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: http://www.leginf.usp.br.
- 13.3. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 13.4. O procedimento administrativo garantirá o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Resolução USP nº 7601/2018.
- 13.5. As sanções aplicadas pela Administração serão registradas no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br; no Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e também no "Cadastro Nacional de



Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. O presente Edital, seus Anexos e a proposta da Licitante vencedora integrarão o contrato ou instrumento equivalente, independentemente de transcrição.
- 14.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem elaboradas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, observado o disposto no artigo 14, inciso XIII, da resolução CC-52/2009, que alterou o regulamento anexo da Resolução CC-27/2006, a serem elaboradas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
- 14.3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das Licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais até a etapa de habilitação.
- 14.4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.usp.br/licitacoes, www.usp.br/lic
- 14.5. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.
 - 14.5.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, serão formulados em campo próprio do sistema, encontrado na opção EDITAL.
 - 14.5.2. As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo pregoeiro, no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública, e serão disponibilizadas nos seguintes endereços eletrônicos: www.bec.sp.gov.br e www.usp.br/licitacoes. É da responsabilidade dos interessados acompanhar as publicações.
- 14.6. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- 14.7. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a USP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.8. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer etapa da licitação.
- 14.9. A Licitante que vier a ser contratada, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.10. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as Licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.11. Os casos omissos no presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Contratações Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda.
- 14.12. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de São Paulo, em uma das suas Varas da Fazenda Pública, por mais privilegiado que outro seja.



14.13. Integram o instrumento convocatório:

ANEXO I - DESCRIÇÃO DO OBJETO ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL ANEXO III - REDUÇÃO DE LANCES

ANEXO III - REDUÇÃO DE LANCES ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAUDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO VII - TABELA PARA CONTATOS

ANEXO VIII - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

São Carlos, de de 2023

Prof(a). Dr(a). Nelma Regina Segnini Bossolan Dir Centro Divul Cientif Cultural





ANEXO I DESCRIÇÃO DO OBJETO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2023 - CDCC

Não serão aceitos, sob quaisquer pretextos, produtos/serviços que não atendam aos requisitos preestabelecidos. Assim as empresas que cotarem deverão estar cientes das especificações de seus produtos/serviços;

Caso haja necessidade, a Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar da Licitante vencedora a documentação comprobatória da procedência dos bens ofertados, que deverá ser apresentada no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da solicitação, sob pena de caracterização do descumprimento da obrigação assumida, cabendo as penalidades previstas neste instrumento.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO DO EDITAL

1. OBJETIVO

O objetivo deste documento é estabelecer as condições para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA/COBERTURA POR AGRUPAMENTO NO TEATRO DE IMERSÃO DA AREA 1 CAMPUS SÃO CARLOS E DO PLANETÁRIO DO PARQUE CIENTEC DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP.

LOTE 01

LOTE 01										
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	V. UNIT.	V. TOTAL						
1	DOMO ESTRUTURAL	1/4	27							
2	PROJETOR DIGITAL PARA PLANETARIO	2								
3	SOFTWARE - SIMULADOR ESTRELAS	2								
4	FILMES NO FORMATO FULL-DOME	2 pacotes com 8								
5	ELÉTRICA/ILUMINAÇÃO	2								
6	SONORIZAÇÃO	2								
7	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 250W	2 conjuntos de 6								
8	NOBREAK POTÊNCIA NOMINAL DE PICO	2								
9	TOTEM APOIO PARA PROJETOR	2								
10	COMPUTADOR AVANÇADO COMPLETO	2								
			TOTAL							



TERMO DE REFERÊNCIA OU MEMORIAL DESCRITIVO

1.INTRODUÇÃO:

Este documento se propõe a descrever, o mais detalhadamente possível, os itens que constituem o conjunto cúpula, projetor e equipamentos a este subordinados (chamados de periféricos), que constituirão o cerne do *Teatro Virtual de Imersão*, instalação anexa ao Observatório Dietrich Schiel, do Centro de Divulgação Científica e Cultural (CDCC) da USP, campus área 1 de São Carlos.

No momento em que finalizamos a redação do presente documento, as obras do prédio que receberá os equipamentos que são objeto deste processo licitatório, se encontram em fase adiantada. O Teatro Virtual de Imersão é a concretização de uma aspiração coletiva do campus, de ter um equipamento destinado a servir à diversidade de áreas do conhecimento assistidas pelos órgãos da comunidade acadêmica, bem como os mais diferentes segmentos de público, seja ele interno ou externo à Universidade.

Embora haja aspectos históricos ligando o arranjo cúpula semiesférica + projetor à Astronomia, conexão essa que em nosso país foi iniciada com a inauguração do primeiro planetário brasileiro, o do Parque do Ibirapuera na Cidade de São Paulo (hoje Planetário Prof. Aristóteles Orsini), em 1957, o potencial dessa configuração não tardou a se voltar para outros campos do conhecimento e hoje há farta oferta de material e recursos que se utilizam do chamado formato *full-dome* para as mais diversas aplicações. Como exemplos temos a massiva utilização em jogos e simulações na área de Engenharia, Arquitetura e Ciências Biológicas, além da notável evolução nas aplicações e recursos voltados ao ensino e divulgação da própria Astronomia.

Desde o início dos estudos para o Projeto Arquitetônico do Teatro de Imersão (inicialmente chamado simplesmente de Planetário Digital), foi projetada uma cúpula com conformação geodésica, buscando-se aliar a tipologia arquitetônica às contribuições tecnológicas e construtivas do grande arquiteto norte-americano Richard Buckminster Fuller - cuja pesquisa em geodesia trouxe muitos avanços em diferentes áreas do conhecimento. Tal escolha se deve à intenção de se realçar a imagem que o Observatório Dietrich Schiel proporciona à cidade de São Carlos, de um ambiente de ensino, pesquisa e extensão de ponta, voltado à divulgação científica e cultural. As imagens a seguir, extraídas do projeto original do Teatro de Imersão, ilustram o contexto arquitetônico em que a cúpula geodésica surge.



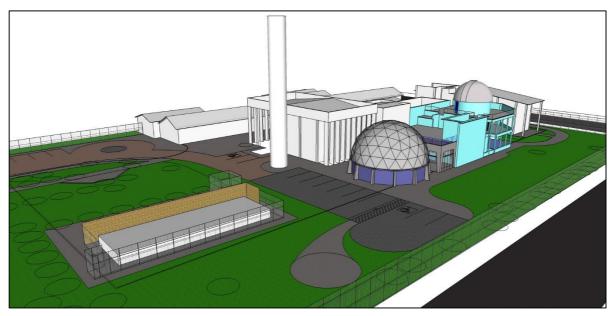


Figura 1: visão geral do prédio do Teatro Virtual de Imersão (com cúpula geodésica cinza e estrutura poligonal em cor roxa) e prédios próximos. As dependências do Observatório Dietrich Schiel existentes antes do Teatro estão coloridas em azul turquesa, com a cúpula menor, que guarnece o Telescópio Refrator Grubb em cinza. Fonte: CDCC/USP.

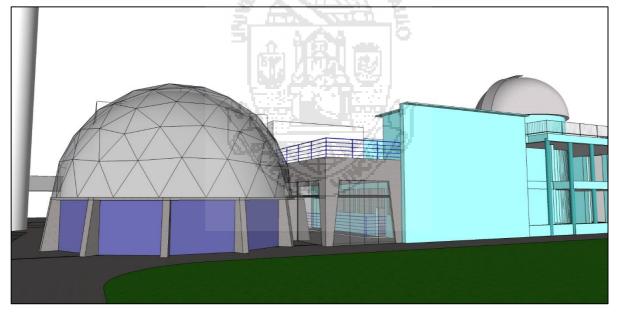


Figura 2: visão detalhada do prédio do Teatro Virtual de Imersão (à esquerda) junto ao prédio do Observatório Dietrich Schiel. As cores seguem o mesmo padrão descrito na figura anterior.

Face ao exposto, e considerando-se as tipologias de cúpulas disponíveis no mercado de construção, chegou-se a duas possibilidades:

- Cúpula de fibra de vidro (que seria envolvida por uma estrutura geodésica metálica);
- Cúpula geodésica em painéis de alumínio composto.





Perante estas opções, foi escolhida a cúpula geodésica em painéis de alumínio composto, tanto pela praticidade de se ter, em apenas um elemento construtivo, a cobertura do Teatro de Imersão e a aparência originalmente desejada, como pela variedade de cores, propriedades termoacústicas e durabilidade do alumínio.

Por uma questão de otimização dos recursos financeiros e humanos da Universidade, o presente processo também abarcará a aquisição de equipamento de projeção e periféricos (sem cúpula estrutural ou de projeção) para uma instituição irmã - o parque Cientec da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão que possui planetário de tamanho semelhante ao que será instalado em São Carlos.

Feitas essas considerações, passamos à descrição dos itens.

2. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS ITENS E SERVIÇOS

ITEM 01: CÚPULA ESTRUTURAL GEODESICA

QUANTIDADE: 01 (uma) unidade. CARACTERÍSTICAS DO ITEM 01:

- quantidade: 01 (uma) unidade;
- diâmetro interno: 10,20 metros;
- raio interno: 5,10 metros;
- altura do plano horizontal da base ao zênite da cúpula: 5,10 metros;
- área interna (círculo abarcado pela base da cúpula): 81,71 m²;
- área de cobertura (área externa da cúpula): 167,29 m²;
- revestimento externo ACM (*Aluminium Composite Material*) alumínio com recheio polietileno com cor a ser definida pelo setor de Astronomia do CDCC.
- tratamento da face externa com pintura a base de fluoreto de polivinilideno (PVDF) espessura nominal 3 mm;
- espessura de cada chapa de alumínio 0,3 mm;
- peso superficial equivalente à massa de 5,2 kg distribuída em área de um metro quadrado (5,2 kg/m²);
- estrutura tubular alumínio com reforço;
- tubo de alumínio retangular 50x25mm/2mm em montagem geodésica de icosaedro ou linear;
- tela interna para projeção com forma dada por meio de pressão negativa com tecido de vinil emborrachado e totalmente *blackout*. Cor da superfície de projeção dada por padrão *Pantone* para projeção digital; motor de sucção a 1/2 cv com *dimmer*, para obtenção da esfericidade mediante pressão negativa.
- revestimento interno acústico/térmico composto de lã de rocha com 25mm de espessura.



ITEM 02: PROJETOR DIGITAL PARA PLANETÁRIO

QUANTIDADE: 02 (duas) unidades.

CARACTERÍSTICAS DE CADA UNIDADE DO ITEM 02:

- quantidade: 02 (duas) unidades;
- contraste 2.000.000:1 ou major.
- brilho 10.000 ANSI lúmens ou superior;
- resolução de 2.160 x 2.160 pixels projetados no domo ou superior;
- resolução nativa 4K (3.840 x 2.160, UHD) ou superior;
- ajustes de foco /inclinação/altura caso seja necessário, para adequação da projeção ao nível da cúpula;
- sistema laser, led ou combinação de ambos;
- vida útil de lâmpada: até 30.000 horas em regime 24/7;
- projeção cobrindo área angular de 180° x 360°, formato conhecido como *full-dome*. É desejável que haja tolerância do ângulo de abertura do feixe, para até 165° x 360°), de acordo com a disposição idealizada em projeto para uma cúpula baixa em relação ao nível da audiência;
- lente fisheye (olho de peixe) nativa;

ITEM 03-SOFTWARE - SIMULADOR ESTRELAS PARA FORMATO FULL DOME

QUANTIDADE: 02 (duas) unidades.

CARACTERÍSTICAS DO SOFTWARE DO ITEM 03:

- céu estrelado realista com estrelas até magnitude 6, com possibilidade de configuração tanto para magnitudes maiores quanto para menores que esse valor;
- luz ambiente clara com cores configuráveis para acomodação dos expectadores;
- gravação de scripts;
- conversão de scripts em vídeos full-dome;
- navegação por superfícies planetárias (sobrevoo)
- múltiplas opções de zoom nos objetos de espaço profundo, planetas, estrelas e constelações;
- exibição de linhas ligando estrelas nas constelações; para as constelações oficiais da International Astronomical Union (IAU), com recurso de exibição tanto de representações artísticas quanto das fronteiras oficiais das constelações;
- mudar a latitude da localidade terrestre diretamente no teclado com várias latitudes préconfiguradas;
- exibição, conforme escolha, de mais de 10 representações culturais das constelações, incluindo a representação artística das constelações oficiais da IAU; desejável conter a representação dos povos Tupi-Guarani e de alguma cultura pré-colombiana;
- exibição de pontos e círculos importantes da Esfera Celeste, tais como Zênite, polos celestes, Meridiano Zenital, Eclíptica e Equador Celeste;
- exibição de coordenadas equatoriais, altazimutais, eclípticas e galácticas;
- exibição dos principais asteroides;
- operação por meio de joystick e teclado;
- movimento de 25 em 25 anos de forma contínua ou passo a passo, para evidenciar o efeito do movimento de precessão dos equinócios e os movimentos próprios das estrelas;
- exibição dos círculos de precessão escalonados;



- rosa dos ventos completa com alta precisão;
- funções de planetário, isto é, movimento diurno aparente exibido pelo céu em uma localidade;
- alongamento azimutal do Sol no horizonte ao longo do ano, também conhecido como amplitudes ortiva e oscídua:
- analema solar em diferentes cores e posições;
- rastro exibido pelas estrelas (star trails) em virtude do movimento diurno;
- exibição de mapa terrestre para visualizar mudança coordenadas geográficas em tempo real;
- configuração de exibição de regras e avisos para a audiência;
- navegação suave pelo Sistema Solar com teclas por meio de joystick;
- viagens para fora do Sistema Solar/Via Láctea/Grupo Local/Superaglomerado local conforme levantamentos mais recentes;
- modelo da Nuvem de Oort em 3D;
- teclas de atalho para planetas do Sistema Solar;
- radiantes das principais chuvas de meteoros do ano;
- seleção e desseleção de constelações com mouse ou joystick
- procedimento ou rotina para possibilidade de dublagem de vídeo;
- ISS no espaço como um objeto 3D
- novo catálogo 6dF de galáxias
- visualização de distâncias em anos-luz
- inclusão satélites *Starlink* ou possibilidade de atualização para inclusão de dados de outros satélites ou constelações de satélites.
- texturas de planetas em até 16 k de resolução, quando disponíveis

O *software*, além das características elencadas acima, deverá ter licença vitalícia de uso não comercial, com os catálogos-padrão contendo:

- posição e magnitude acurada de 600.000 estrelas
- posição, magnitude e aspecto de cerca de 80 mil objetos de céu profundo (Deep-Sky Objects DSO's)
- catálogo Messier completo
- levantamentos mais recentes proporcionando dados acurados da posição, movimentos e características das estrelas próximas (pertencentes à Via Láctea), bem como posições e morfologia – no estado da arte – da Via Láctea, do Grupo Local, do Superaglomerado Local, estrutura em Grande Escala do Universo e Radiação Cósmica de Fundo em Microondas.

ITEM 04 - FILMES EM FORMATO FULL DOME

QUANTIDADE: 02 (dois) pacotes.

CARACTERÍSTICAS DE CADA PACOTE DO ITEM 04:

- mínimo de 8 (oito) filmes com duração igual ou superior a vinte minutos cada;
- licença vitalícia de exibição;
- dublagem em português do Brasil;
- opções de legendas em português do Brasil e áudio original do país de produção;
- legendas devem estar disponíveis mesmo em filmes dublados em português ou produções nacionais (para contemplar as pessoas com deficiência auditiva).



ITEM 05 - ELÉTRICA/ILUMINAÇÃO QUANTIDADE: 02 (duas) unidades.

Fornecimento e instalação de fios, extensões, luminárias e fitas LED de acordo com as instalações elétricas disponíveis no prédio.

ITEM 06 - SONORIZAÇÃO: EQUIPAMENTO DE SONORIZAÇÃO

QUANTIDADE: 02 (duas) unidades.

CARACTERÍSTICAS DE CADA UNIDADE DO ITEM 06:

- console mixer digital de áudio com pelo menos 12 canais de entrada, recurso de gravação de cenas e controle por tablet via wi-fi;
- 4 entradas de microfones (MAX 6) / 4 entradas estéreo;
- 4 pré-amplificadores
- 2 barramentos de grupo e 1 barramento estéreo;
- saída XLR balanceada.
- Tablet para controle com aplicativo apropriado instalado

ITEM 07 – CAIXAS DE SOM AMPLIFICADAS QUANTIDADE: 02 (dois) conjuntos de 06 (seis) caixas

CARACTERÍSTICAS DE CADA CONJUNTO DO ITEM 07:

- potência: 150W rms cada;
- 300W programa / 600W pico.
- impedância: igual ou compatível com a saída do pré-amplificador.
- alto falante: 10 polegadas ou maior.
- mixer de 2 canais:
- ch 1 entrada de microfone com conectores xlr e plug 1/4 pol. controle de nível.
- ch 2 entrada de linha com conectores xlr e rca l/r.
- controle de nível.
- seção master eq graves / agudos / volume master.
- saída de linha conector plug 1/4 pol.
- resposta de frequência: 55Hz-18kHz, ou melhor.
- sensibilidade: 92db (1W/1m).
- nível de spl máximo: 125db.
- material do gabinete: plástico abs.

ITEM 08 - NOBREAK

QUANTIDADE: 02 (duas) unidades.

CARACTERÍSTICAS DE CADA UNIDADE DO ITEM 08:

• potência nominal de pico: 1500 VA/1350 W





- topologia: Online de dupla conversão forma de onda em modo Bateria: Senoidal frequência de saída em modo Bateria: 50/60 Hz 0,02 Hz
- frequência de entrada 50/60 Hz 5 Hz Tensão nominal de entrada: 220 V~ (110-290 V~)* Tensão nomi-nal de saída: 220 V~ 12% Tomadas de saída: 3 (NBR 14136) Barramento: 36 V- Bateria interna: 3 seladas (VRLA) 12 V 9 Ah;
- expansão de autonomia: Conector de engate rápido SB 50;
- gerenciável: Local (USB) e remoto (SNMP);
- posição: torre;
- bypass automático

ITEM 09 - TOTEM DE APOIO PARA O PROJETOR. Cada projetor poderá ter seu próprio sistema de apoio e proteção, que o permita ficar à altura adequada para a projeção na cúpula, além dos ajustes previstos no item 02. Tal sistema de apoio e proteção deverá evitar acesso aos seus controles ou partes internas por parte do público. Caso o modelo de projetor não tenha seu próprio sistema de apoio e proteção, se faz necessária a instalação do Totem de apoio, com as quantidades e características listadas a seguir:

QUANTIDADE: 02 (duas) unidades.

CARACTERÍSTICAS DE CADA UNIDADE DO ITEM 09:

- material MDF revestido ACM;
- altura 80 cm;
- largura 70 cm;
- profundidade 60 cm com porta de acesso à parte elétrica.

ITEM 10 - COMPUTADOR AVANÇADO COMPLETO

QUANTIDADE: 02 (duas) unidades.

CARACTERÍSTICAS DE CADA UNIDADE DO ITEM 10:

Processador:

- microprocessador com frequência base de operação de 2,9 GHz e frequência turbo de até 4,8GHz ou superior.
- o com 8 núcleos ou superior.
- o com 16 threads ou superior.
- o cache L3 de 16 MB ou superior.
- o TDP de 65W.

Memória:

- o dotada com tecnologia DDR4, 2933 MHz.
- o 16 GB de memória instalada (2x8GB) ou superior.
- o suporte máximo de até 128 GB de memória.

BIOS

- BIOS português ou inglês, desenvolvida pelo fabricante do microcomputador em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org). O fabricante possui compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria promoters.
- Placa-mãe:



- Possuir no mínimo 06 portas USB, sendo no mínimo 04 portas 3.1 nativas, não sendo utilizado hubs, placas ou adaptadores.
- Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permita a detecção de abertura, ainda que o equipamento esteja desligado da fonte de energia.
- Interface de rede integrada, conector RJ45, full-duplex, velocidade de transmissão Gigabit (10/100/1000).
- Interface de vídeo integrada, com 2 conectores de vídeo, no padrão DisplayPort ou HDMI, memória compartilhada.
- Interface de áudio de alta definição integrada com entrada/saída de áudio, entrada de microfone e na parte frontal do gabinete conector para fácil acesso, sendo aceito soluções do tipo conector combo.
- o Compatível com o padrão Plug-and-Play.
- Deverá ser do mesmo fabricante do equipamento ou projetada especificamente para o equipamento, não sendo aceitas placas de livre comercialização no mercado.

Placa de Vídeo:

- A placa de vídeo precisa ser integrada pelo fabricante, não sendo aceitos dispositivos que não sejam do regime OEM
- O processador gráfico precisa ter no mínimo 3500 unidades de sombreamento, 110 unidades de mapeamento de textura, 48 Unidades de renderização de saída, 120 unidade de processamento de IA, e 30 unidades de processamento para traçado de raios.
- A GPU precisa trabalhar com clock base mínimo de 1320 MHz e ter clock de boost mínima de 1680 MHz.
- A memória da placa de vídeo precisa ser do padrão GDDR6 ou superior e possuir capacidade mínima 12 GB, rodando em um barramento de 192 bits a um clock de 1777 MHz, oferecendo largura de banda mínima de 336 GB/s.
- Atender aos requisitos de API para: DirectX 12Ultimate (FL12_2), Open GL 4.6, OpenCL 2.0 e Shader Model 6.5.

Unidade de armazenamento:

- 1 SSD com capacidade de 256GB do padrão NVMe com formato M.2.
- 1 Disco Rígido com capacidade de 1TB com velocidade de 7200RPM no formato 3,5".

• Gabinete:

- Gabinete tipo SLIM FORM FACTOR (SFF) ou MINI TOWER(MT).
- 4 baias internas para discos de armazenamento de 2,5" e 3,5".
- Com botão para ligar e desligar o equipamento na parte frontal.
- Todas as conexões para periféricos externos devem ser localizadas no painel traseiro do gabinete, com exceção das conexões USB e de som que serão admitidas na parte frontal.
- O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para inserção de trava de segurança, sem adaptações.
- 1 SLOT para cartão SD.

Fonte de alimentação elétrica

- Tensões de entrada de 100 a 240 VCA (±10%), 50-60Hz, com ajuste automático da tensão de entrada.
- Potência nominal mínima de 500W.
- Monitor:



- Tela de LED com dimensões de no mínimo 27 Polegadas.
- Base do monitor que possibilite o ajuste de altura, rotação e inclinação da tela.
- Resolução mínima de 3840 x 2160 a uma frequência horizontal de 60Hz.
- Conectores de entrada nativos: 01 (uma) entrada com Conector Display Port (DP) e/ou 01 (uma) entrada com Conector HDMI, todos conectores compatíveis com a interface de vídeo do desktop sem uso de adaptadores.
- O monitor deverá possuir no mínimo 2 conexões USB, sem uso de adaptadores.
- Deverá acompanhar todos os cabos e acessórios necessários para seu funcionamento.
- Deverá ter controle de intensidade para reduzir drasticamente a iluminação do monitor projetada na cúpula, ou vir com opção de filtro vermelho para essa finalidade ou para o caso de rodar programas que não disponham da opção "visão (ou modo) noturno"

• Teclado:

- Padrão brasileiro ABNT2.
- Bloco numérico separado das demais teclas.
- Conector tipo USB, compatível com o conector da placa mãe (não será aceito adaptador).
- Teclado deverá ser retroiluminado (luz interna às teclas, para digitação em ambiente escuro), com configuração de deixar todas as teclas iluminadas com luz vermelha

Mouse

- Dispositivo dotado com 3 botões (sendo um botão para rolagem de telas "scroll") e resolução mínima de 1000dpi.
- o Conector tipo USB, compatível com o conector da placa mãe (não será aceito adaptador).
- Sem luzes adicionais não necessárias ao seu funcionamento, para não interferir no ambiente escuro de projeção;
- Acompanha mousepad

Sistema operacional:

 Sistema Operacional compatível e recomendado para atuar com o software descrito no item 03

Suporte e garantia:

- A garantia deverá ser de 12 (doze) meses on-site, disponibilizada pelo fabricante do equipamento com atendimento 9 (nove) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana, com tempo de solução em até 72 horas.
- A garantia deverá ser prestada por assistências técnicas credenciadas e autorizadas pelo fabricante e/ou fornecedor do equipamento e comprovada através de declaração do mesmo para este processo – anexar comprovação na proposta.



2 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
LOTE 01										
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	V. UNIT.	V. TOTAL						
1	DOMO ESTRUTURAL	1								
2	PROJETOR DIGITAL PARA PLANETARIO	2								
3	SOFTWARE - SIMULADOR ESTRELAS	2								
4	FILMES NO FORMATO FULL-DOME	2 pacotes com 8								
5	ELÉTRICA/ILUMINAÇÃO	2								
6	SONORIZAÇÃO	2								
7	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 250W	2 conjuntos de 6								
8	NOBREAK POTÊNCIA NOMINAL DE PICO	2								
9	TOTEM APOIO PARA PROJETOR	2								
10	COMPUTADOR AVANÇADO COMPLETO	2								
	- NONCO	12.4	TOTAL							

3. DOS SERVIÇOS

Execução dos serviços será dentro das especificações, responsabilizando-se com o transporte dos equipamentos, montagem da cúpula e equipamentos conforme especificações, entregando-os em pleno funcionamento.

CONTRATANTE, Comprovar a execução, anterior e com êxito, de fornecimento de itens e serviços similares ao do presente processo. Conforme exigido no Item 5.2.4 do edital **Atestados de Capacidade técnica:**

- 50% que equivale a instalação de um Domo estrutural.
- 50% de um projetor digital para planetário.

Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:

Salários; Seguros de acidentes; taxas, impostos, refeições dos funcionários;

Executar diretamente este Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE;

Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços em apreço não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da CONTRATANTE, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços objeto deste Contrato;

Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando.se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução dos serviços;

Comunicar por escrito, ao fiscal do contrato, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato.

4 – GARANTIA:

Eletroeletrônicos: mínima de 12 meses.

Cúpula: mínimo de 10 anos

5 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O prazo para o pagamento da nota fiscal, devidamente certificada será de até 28 dias. A empresa deverá obrigatoriamente colocar número da conta, número do pregão, e contrato.

6- PRAZO DE FORNECIMENTO OU EXECUÇÃO

A entrega deverá ser feita no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a solicitação de Fornecimento ou empenho.

7- LOCAIS DE ENTREGA OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Com exceção do item 01 (cúpula estrutural geodésica), que será instalada apenas na cidade de São Carlos (endereço 01 abaixo), uma unidade de cada item apresentado neste documento deverá ter a entrega, bem como a prestação de serviços relacionados, efetuados nos endereços 01 e 02 discriminados a seguir:



ENDEREÇO 01: Avenida Trabalhador são-carlense, 400 – São Carlos (SP), CEP: 13560-970, área contígua ao prédio do Observatório Dietrich Schiel do Centro de Divulgação Científica e Cultural da Universidade de São Paulo, extremo Sul do Campus – área 1.

Contatos: Giovanna D'Agostini Tostes dos Santos

E-mail: giovanna@cdcc.usp.br

Tel.: (16) 3364-9141

ENDEREÇO 02: Av. Miguel Estéfano, 4200 – Água Funda – São Paulo (SP), CEP: 04301-904, Parque de Ciência e Tecnologia (CienTec) – Pro-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo.

Contato: Edna Fonseca Fialho

E-mail: efialho@usp.br Tel.: (11) 5077-6309





ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2023 - CDCC

À(o) Centro de Divulgação Científica e Cultural da Universidade de São Paulo Prezados(as) Senhores(as),

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta Comercial, observada a descrição do objeto constantes do Anexo I:

1 - Identificação da empresa Licitante:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

SITE:

NOME DO REPRESENTANTE:

E-MAIL: FONE:

Observação: Nos valores apresentados deverão estar incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. Não será admitida a proposta parcial, isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do **"lote"** de interesse da Proponente.

LOTE 01								
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	UNID. V. UNIT. V					
1	DOMO ESTRUTURAL	1						
2	PROJETOR DIGITAL PARA PLANETARIO	2						
3	SOFTWARE - SIMULADOR ESTRELAS	2						
4	FILMES NO FORMATO FULL-DOME	2 pacotes com 8						
5	ELÉTRICA/ILUMINAÇÃO	2						
6	SONORIZAÇÃO	2						
7	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 250W	2 conjuntos de 6						
8	NOBREAK POTÊNCIA NOMINAL DE PICO	2						
9	TOTEM APOIO PARA PROJETOR	2						
10	COMPUTADOR AVANÇADO COMPLETO	2						
		1	TOTAL					

B - DAS DEMAIS (Prazo de garantia: Prazo de validade: Prazo de entrega: l /alidade da Propos Declaramos total co presente licitação.	Em conformidade Em conformidade Em conformidade sta: Em conformi	de com o subite le com o subite idade com o sul	em "" do m "" do bitem ""	Edital;	condições da
		de	de	(Local/Data)
-	(Nome e assii	natura do repre	sentante legal	da Licitante/Cargo	<u> </u>

VISTO



ANEXO III REDUÇÃO DE LANCES

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2023 - CDCC

O valor mínimo de redução entre lances será aplicado sobre o preço total do lote em disputa.

LOTE	LIMITE MÍNIMO DE REDUÇAO DOS LANCES
01	R\$ 10.000,00





ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2023 - CDCC

(em papel timbrado da Licitante)

Eu,
, de de (Local) (Data)
(Local) (Data)
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)



ANEXO V DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2023 - CDCC

(em papel timbrado da Licitante)

A(razão social), por seu(s) representante(s) legal(is), interessada em participar do PREGÃO Nº 00003/2023 - CDCC , da Centro de Divulgação Científica e Cultural , declara, sob as penas da lei, que observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.
de de (Local) (Data)
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)



ANEXO VI MINUTA DE CONTRATO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2023 - CDCC

CONTRATO QUE EN	TRE SI CELEBRAM A UNIVERS	SIDADE
DE SÃO PAULO. POR	R INTERMÉDIO DA(O)	E
A EMPRESA	R INTERMÉDIO DA(O) OBJETIVANDO A PRES	TACÃO
DE SERVIÇOS DE		3 -

(DEVERÁ SER OBSERVADA A OBRIGATORIEDADE DO TERMO DE CONTRATO, CONFORME ARTIGO 62 E PARÁGRAFO 4º DA LEI FEDERAL 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a Prestação de SERVICO DE INSTALACAO/MONTAGEM DE COBERTURA- AGRUPAMENTO DE PRECOS UNITARIOS PARA PREGAO ELETRONICO, conforme descrito no ANEXO "OBJETO DO CONTRATO" e no ANEXO "DETALHAMENTO DO OBJETO DO CONTRATO", que integra este contrato.
- 1.2. O objeto do presente Contrato poderá sofrer alterações em suas quantidades conforme previsto no artigo 65 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

2.1. O objeto deste **CONTRATO** deverá ser fornecido em perfeitas condições, sem custo adicional de frete, no(s) seguinte(s) endereço(s):

Centro de Divulgação Científica e Cultural Observatório - Av. Trabalhador Sãocarlense, 400 - Observatório - CDCC - Parque Arnold Schimidt - São Carlos - SP - CEP: 13566-590 - Fone: (16)3373-8293 (16) 3373-9191 Horário: das 09:00 às 17:00 horas.

2.2. Os serviços objeto desta contratação deverão ser executados em prazo não superior a **90 (noventa)** dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, observado, quando houver, o cronograma de execução que integra o **Anexo - OBJETO DO CONTRATO.**

- 2.2.1. O descumprimento dos prazos contratuais sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas neste Contrato.
- 2.3. Se o prazo de entrega coincidir com dia em que a USP não tenha atendimento ao público, este será automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.
- 2.4. O objeto será recebido provisoriamente, mediante recibo ou termo circunstanciado.
 - 2.4.1. Caso não corresponda às características e especificações exigidas neste Contrato, o objeto será recusado e deverá ser substituído, observado os prazos originalmente fixados para cumprimento da obrigação.
 - 2.4.2. A não substituição do objeto recusado caracteriza descumprimento da obrigação assumida e sujeita a CONTRATADA às penalidades previstas neste Contrato.
- 2.5. O recebimento definitivo, condição para liberação do pagamento, ocorrerá depois de confirmada a execução do objeto em conformidade com características e especificações exigidas neste Contrato.
 - 2.5.1. O recebimento definitivo não exime a **CONTRATADA** de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança do objeto fornecido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA E VALIDADE

- 3.1. O(s) serviços descritos no **ANEXO OBJETO DO CONTRATO** terá(ão) **garantia** por prazo não inferior **a 10 (dez) ano(s)**.
- 3.2. No momento da entrega, os produtos deverão contar com prazo de validade não inferior a 10 (dez) ano(s), observadas as condições fixadas no Anexo OBJETO DO CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- 4.1. Além das obrigações estabelecidas em lei e das constantes dos **Anexos OBJETO DO CONTRATO** e **OUTRAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**, este último se houver, a **CONTRATADA** é responsável por:
 - 4.1.1. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários, em estrita obediência à legislação vigente, às normas técnicas aplicáveis e às determinações da **CONTRATANTE**;
 - 4.1.2. Arcar com todas as despesas e custos diretos e indiretos, aqui incluídas, entre outras, as despesas com embalagem, frete e/ou transportes, seguros, além de quaisquer outras despesas que se apresentarem e que a qualquer título se façam necessárias à boa execução deste Contrato;
 - 4.1.3. Designar pessoal qualificado e idôneo para realização dos serviços e indicar o responsável pelo acompanhamento da execução e pelos contatos com a **CONTRATANTE**;
 - 4.1.4. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;
 - 4.1.5. Manter seus empregados identificados por meio de crachás, com fotografia recente, durante o período que permanecerem nas instalações da **CONTRATANTE**;

- 4.1.6. Fornecer e fiscalizar a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletivos (EPCs), quando necessário à execução do contrato.
- 4.1.7. Atender prontamente às convocações da **CONTRATANTE**, participando de reuniões, respondendo aos questionamentos e prestando esclarecimentos por escrito, sempre que solicitado;
- 4.1.8. Prestar a garantia técnica para o objeto deste contrato, pelo prazo e nas condições fixadas no **Anexo OBJETO DO CONTRATO.**
- 4.1.9. Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** de qualquer anormalidade que verificar na execução deste Contrato;
- 4.1.10. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes da execução deste Contrato;
- 4.1.11. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.1.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos e supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;
- 4.1.13. Não ceder ou transferir quaisquer das obrigações assumidas neste contrato, nem subcontratar a execução total ou parcial do objeto sem a prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE.**

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

- 5.1. O/A Sr.(a) está designado pela **CONTRATANTE** para atuar como preposto, responsável por realizar a fiscalização, acompanhamento e contatos que se fizerem necessários para a realização do objeto pela **CONTRATADA.**
 - 5.1.1. A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte da **CONTRATANTE**.
 - 5.1.2. A ausência de comunicação, por parte da **CONTRATANTE**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e correspondentes Anexos.
- 5.2. O preposto da **CONTRATANTE** poderá rejeitar o objeto do contrato, no todo ou em parte, quando não forem atendidas suas especificações e condições, devendo tomar as medidas cabíveis nas hipóteses previstas na Cláusula das Penalidades.
 - 5.2.1. Em nenhuma hipótese as características do objeto contratado poderão ser alteradas, sob pena de rescisão contratual.
- 5.3. Cabe, ainda, à **CONTRATANTE** efetuar os pagamentos devidos em razão da execução do objeto, depois do recebimento definitivo e de acordo com as condições fixadas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA



6. O presente contrato terá sua vigência adstrita ao recebimento definitivo de seu objeto e seu respectivo pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E DOS RECURSOS

7. O valor total do presente contrato é de R\$................ A despesa onerará a Classificação Funcional Programática 12.122.1043.6351 - Classificação de Despesa Orçamentária 3.3.90.39.00, do orçamento da CONTRATANTE, de conformidade com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 da Lei Estadual n.º 10.320/1968.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado à Contratada, em prazo não inferior a **28 (vinte e oito) dias corridos**, contados a partir do dia seguinte ao recebimento provisório do **serviço** no(a) **Observatório** do(a) **Centro de Divulgação Científica e Cultural**, nos termos da Portaria GR 4.710/2010. A ordem de pagamento será emitida pela Tesouraria Central da Reitoria, a favor da **CONTRATADA**, exclusivamente em conta corrente do **BANCO DO BRASIL S.A.**, a ser indicada pela **CONTRATADA**, ficando terminantemente vedada à negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
 - 8.1.1. Nos casos de incidência de ICMS os documentos fiscais competentes acima referidos, quando emitidos dentro do Estado de São Paulo, deverão ser apresentados com destaque indicando o valor do desconto equivalente ao ICMS dispensado, a que se refere o artigo 55, do Anexo I, do Regulamento do ICMS, do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto 45.490/00.
 - 8.1.1.1. Nos casos referidos no subitem 8.1.1., tratando-se de ICMS com alíquota diferente da estabelecida para as operações ou prestações internas (art. 52, Inc. I, do referido Regulamento), ou com base de cálculo que não corresponda ao valor total dos produtos que são objeto do documento fiscal, e embasamento legal que o justifica, as situações distintas deverão ser, também, destacadas nesse mesmo documento.
- 8.2. São condições para a liberação do pagamento:
 - 8.2.1. O recebimento definitivo do objeto;
 - 8.2.2. A entrega da documentação fiscal completa;
 - 8.2.3. A não existência de registro da **CONTRATADA** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pela **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº. 53.455/2008.
- 8.3. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 8.4. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no parágrafo anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 8.5. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

8.6. A constatação de irregularidades na execução deste ajuste motivará o desconto da importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo de eventual rescisão e aplicação das penalidades fixadas na Cláusula - Das Penalidades.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9. O(s) valor(es) constante(s) do presente contrato, expresso(s) em reais (R\$), não sofrerá(ão) reajuste(s).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA FINANCEIRA

10.1. Nesta contratação não será exigida a prestação de garantia da fiel execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

- 11.1. Além das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8666/1993 e na Resolução USP nº 7601/2018, que integra este Contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.
- 11.2. A advertência é aplicável em caso de descumprimento de obrigação acessória que não resulte em prejuízo à execução do objeto principal do contrato.
- 11.3. Poderão ser aplicadas multas, com fundamento no artigo 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, observados os seguintes tipos e respectivos percentuais:
 - a) **Cominatória:** A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:
 - I Até o 30º dia 0,1% (um décimo por cento) ao dia;
 - II A partir do 31º dia 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
 - a.1) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração.
 - b) **Moratória:** A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:
 - I Até o 30º dia 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;
 - II A partir do 31º dia 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.
 - b.1) A multa moratória não excederá a 20% (vinte por cento) da obrigação cumprida em atraso.
 - c) Por inexecução total ou parcial do contrato: A multa será de 20% (vinte por cento) do valor da obrigação não cumprida, e será aplicada quando for imputável à **CONTRATADA** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas, e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora, em especial nas situações que ensejam a rescisão unilateral do contrato, previstas no artigo 78, incisos I a XII, da Lei nº 8.666/1993.

- 11.3.1. As multas poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente.
- 11.3.2. As multas não tem caráter compensatório, de modo que, independentemente das sanções aplicáveis, a **CONTRATADA** ficará sujeita à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.
- 11.4. Poderá ser aplicada, ainda, a sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, com fundamento no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.
 - 11.4.1. As sanções restritivas do direito de licitar e contratar poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.
- 11.5. O procedimento administrativo garantirá o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Resolução USP nº 7601/2018.
- 11.6. As sanções aplicadas pela Administração serão registradas no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br; no Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis.
- 11.7. As multas e demais débitos não pagos pela **CONTRATADA** são passíveis de registro no CADIN Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

- 12.1. A falta de cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento ou a incidência do comportamento descrito no artigo 78 da Lei 8.666/1993, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicáveis, ainda, as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da mesma legislação.
- 12.2. No caso de contratação com sociedades cooperativas, ocorrerá a rescisão imediata do contrato administrativo na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições a que alude o § 1°, do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011.
- 12.3. Em caso de rescisão, a **CONTRATANTE** poderá reter eventuais valores devidos à **CONTRATADA**, com fundamento no artigo 80, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, a fim de se ressarcir de eventuais prejuízos que lhe tenham sido causados pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda deste ajuste e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as partes.



E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.
São Carlos, de de 2023
P/ CONTRATANTE
Prof(a). Dr(a). Nelma Regina Segnini Bossolan Dir Centro Divul Cientif Cultural
D/ CONTRACTOR
P/ CONTRATADA





ANEXO I OBJETO DO CONTRATO:

Ե , լ	oor	estarem	justas	e (contratadas,	assınam	0	presente	Anexo	ı, q	ue	ıntegra	0	contrato	firmado	nesta
dat	a.															

São Carlos, ... de de

P/ CONTRATANTE
Prof(a). Dr(a). Nelma Regina Segnini Bossolan
Dir Centro Divul Cientif Cultural

P/ CONTRATADA





ANEXO II DETALHAMENTO DO OBJETO DO CONTRATO





ANEXO VII TABELA PARA CONTATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2023 - CDCC

André Luiz da Silva	Telefone	016-33739191		





ANEXO VIII TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO № 00003/2023 - CDCC

CONTRATANTE:	
CONTRATADO:	
CONTRATO № (DE (ORIGEM)
OBJETO:	,

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

П	0	$C\Delta$	م ا	$D\Delta$	ATA:
_	.~	\neg	ᆫ	$\boldsymbol{\nu}$	۱ı ۸.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE: Nome: Cargo: CPF:



RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Cargo: CPF:	3
Assinatura:	
RESPONSÁVEIS QUE ASSINAR	AM O AJUSTE:
Pelo CONTRATANTE: Nome: Cargo: CPF:	
Assinatura:	
Pela CONTRATADA: Nome: Cargo: CPF:	
Assinatura:	
	and the same of th
ORDENADOR DE DESPESAS DA Nome: Cargo: CPF:	A CONTRATANTE:
Assinatura:	
GESTOR(ES) DO CONTRATO: Nome: Cargo: CPF:	
Assinatura:	